



Míriam Leitão

O olhar único que há 50 anos acompanha o que é notícia no Brasil e no mundo

 Exclusivo para assinantes

Classificação de PCC e CV como terroristas: mercado financeiro vê Brasil mais caro e burocrático para se fazer negócios no cenário global

Por **Ana Carolina Diniz**

29/05/2026 18h53 · Atualizado há 4 dias

A decisão dos Estados Unidos de classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas pode tornar o Brasil um país mais caro e burocrático para fazer negócios, segundo especialistas do mercado financeiro ouvidos pelo blog. A medida tende a elevar os custos de compliance de bancos e empresas, aumentar a percepção de risco entre investidores estrangeiros e pressionar setores dependentes de capital internacional, como agronegócio, infraestrutura e sistema financeiro. Na avaliação de especialistas, os efeitos sobre o PIB, o dólar e o mercado financeiro tendem a ser indiretos e dependerão da forma como os Estados Unidos aplicarão as medidas associadas à classificação.

Nesta sexta-feira, o dólar fechou praticamente estável, com alta de 0,22%, sinalizando que o mercado ainda aguarda mais clareza sobre os desdobramentos da medida. Para **Alex Agostini, economista-chefe da agência Austin Rating**, os investidores ainda estão avaliando quais serão os efeitos práticos da classificação e qual será a postura adotada pelo governo americano. Ele salienta que o passado recente com o uso da Lei Magnitsky para poder sufocar financeiramente o ministro Alexandre de Moraes gera alerta.

— A preocupação do sistema financeiro agora é, por exemplo, que alguma instituição que não tenha conhecimento das origens ilícitas dos dinheiros que são transacionados por elas acabe resultando na aplicação dessa lei.

Leonel Oliveira Matos, analista de inteligência de mercados da Stonex, acredita que há potenciais implicações econômicas. Isso porque a legislação americana prevê sanções severas para empresas, instituições e indivíduos que mantenham relações, mesmo indiretas, com organizações enquadradas como terroristas. Entre as consequências possíveis estão restrições comerciais, bloqueios de ativos e sanções financeiras.

Nesse contexto, ele explica que setores brasileiros como mineração, infraestrutura, agropecuária e sistema financeiro poderão precisar reforçar seus mecanismos de compliance para evitar riscos regulatórios e jurídicos. Ainda que de forma indireta, diz ele, a medida pode elevar a percepção de risco sobre ativos brasileiros e gerar pressão altista sobre a taxa de câmbio do real.

Paula Zogbi, estrategista-chefe da Nomad, avalia que os impactos sobre a credibilidade do país tendem a ser limitados, mas não podem ser descartados.

— De maneira geral, essa maior instabilidade pode afetar a credibilidade e a classificação de risco do Brasil também, mas talvez marginalmente. Pode afetar o dólar por consequência. Menos fluxo de capital para cá também afeta a taxa de câmbio. Pode ter algumas implicações, principalmente alguma volatilidade de curto e médio prazo e implicações na percepção de risco do país.

Segundo ela, a preocupação está relacionada principalmente ao comportamento de investidores institucionais estrangeiros.

— Pensando em fluxo vindo para o mercado brasileiro e até em câmbio, enfim, que está conectado: existem grandes fundos de pensão que têm critérios ESG que excluem automaticamente qualquer país com instabilidade. E isso pode, sim, afetar diretamente países que têm organizações classificadas dessa forma. Então pode acontecer de algum fluxo estrangeiro deixar de vir para cá ou sair daqui pontualmente por conta disso.

Já Bruna Allemann, head de investimentos internacionais da Nomos, afirma que é preciso separar os riscos concretos dos exageros.

— Não estamos diante do fim do mundo, mas o Brasil acaba de se tornar um país mais caro e mais burocrático para se fazer negócios no cenário global.

Ela relembra que quando o Office of Foreign Assets Control (OFAC) inclui organizações na lista de terroristas, qualquer instituição financeira que transacione com entidades ligadas a esses grupos fica sujeita a sanções bilionárias, o que altera a matriz de risco de um país inteiro.

— A grande diferença entre o sucesso e o fracasso na gestão dessa crise é a postura do Estado. México e Colômbia optaram por uma cooperação intensiva com os EUA, abrindo dados de inteligência e demonstrando um compliance rigoroso. O resultado foi uma recuperação em 18 a 24 meses. Em contraste, países que adotaram uma postura de negação ou resistência viram a fuga de capital se tornar permanente. O Brasil, com suas

robustas reservas internacionais e um Banco Central respeitado globalmente, tem musculatura para absorver o impacto inicial. Não enfrentaremos o isolamento do Irã ou do Paquistão, mas precisaremos adotar a cartilha mexicana de transparência e cooperação.

Segundo ela, o principal impacto da medida será o aumento dos custos de compliance e do escrutínio sobre empresas e instituições financeiras brasileiras que operam internacionalmente.

— A designação terrorista do CV e PCC pelos EUA atua como um imposto invisível sobre a economia brasileira. Não haverá um colapso financeiro amanhã, mas o Brasil acaba de se tornar um país mais caro e mais burocrático para se fazer negócios no cenário global.

O economista Danilo Coelho, especialista em investimentos e MBA em Finanças pela B7 Business School, aponta outro tipo de preocupação: com a estrutura de fiscalização brasileira tanto no Banco Central como na CVM.

— Temos que lembrar que o sistema americano tem um controle e um rastreamento do dinheiro. Ele consegue fazer um acompanhamento do caminho do dinheiro ilícito ao longo de toda a Europa e dos Estados Unidos em si. Então, eles têm um aparato mais robusto para conseguir fiscalizar e ir atrás desse dinheiro envolvido com organizações terroristas, nas quais agora o PCC e o CV também se enquadram.

Camila Pepe, sócia da área de Compliance, Anticorrupção, Investigações Corporativas e Penal Empresarial do escritório Stocche Forbes Advogados, salienta é que as organizações criminosas têm avançado de forma expressiva no ambiente da economia formal, revestindo suas operações de camadas sucessivas que dificultam, e em alguns casos inviabilizam, sua identificação.

- Diante desse cenário, as instituições financeiras se veem confrontadas com um desafio operacional de grande magnitude, ao mesmo tempo em que aquelas com nexos com os Estados Unidos passarão a enfrentar um escrutínio regulatório consideravelmente mais rigoroso. Some-se a isso o fato de que as consequências do descumprimento não se limitam a sanções econômicas. Em determinadas hipóteses, o caminho pode levar à responsabilização criminal.